

DESENVOLVIMENTOS RECENTES NA ÁREA KRIKATI

José Luiz dos Santos, PhD
Rio de Janeiro, 1/2/1986

I N D I C E

	Pag.
1. Introdução	1
2. A questão da terra	8
3. Construções na aldeia	12
4. O gado dos Krĩkati	24
5. As roças	28
6. Considerações finais	32

1. Introdução

Ao longo de 1985 a questão da demarcação de suas terras continuou sendo a temática principal dos Krĩkati, objeto de viagens a Brasília e São Luis, de discussões na aldeia e de tensões e conflitos que foram se desenvolvendo no cotidiano da vida regional. Há pouco mais de um mes escrevi um texto visando exclusivamente a questão demarcatória e na parte 2 das presentes considerações analisarei alguns de seus desdobramentos específicos.

Importa assinalar que nesse ano, além da visita que fizera em fevereiro e da qual resultou um relatório, estive também por alguns dias na aldeia no contexto de um levantamento da situação de saúde dos índios do Maranhão, no qual acompanhava os doutores Fernando Antonio Alves de Souza e Nair Becker. Além disso encontrei-me por tres vezes com representantes Krĩkati, uma em Brasília e duas em São Luis, e coloquei-me à disposição da 6a. D.R. sempre que necessário para esclarecer aspectos relacionados ao desenvolvimento do convênio na área Krĩkati e principalmente para contribuir em medidas visando a demarcação de seu território. Agora, no início de 1986, permaneci 12 dias na aldeia São José.

Os Krĩkati ocuparam-se muito com planos de roça que não se concretizaram. Em virtude das alterações na forma de financiamento adotada pela 6a. D.R. no contexto do Convênio CVRD FUNAI, envolveram-se as lideranças Krĩkati numa tentativa de conseguir recursos para uma grande roça mecanizada. A experiência de 'ver o trator trabalhar' já ocorrera no passado, em função de indenizações pagas pela CHESF e pelo menos uma parte da liderança, segura de que a roça mecanizada seria

conseguida, desestimulou as atividades tradicionais de plantio.

O pleito de mecanização levou-os a Brasília e São Luis para discussões com representantes da FUNAI. Isto culminou em reuniões na 6a. D.R., das quais participei, na última semana de julho e primeira de agosto de 1985.

Os argumentos da liderança eram: 1) que a mecanização permitiria abrir novas áreas ampliando a presença econômica dos Krĩkati no território; 2) que o plantio de arroz seria seguido da formação de pastagens, dando no futuro melhores condições ao gado que na época enfrentava dificuldades decorrentes da seca na região.

O coordenador da 6a. D.R. sensibilizou-se com essas colocações, mas argumentou com os altíssimos custos do empreendimento e a possibilidade de haver procedimentos alternativos para reafirmar a presença Krĩkati e resolver o problema das pastagens. Ficou, mesmo assim, de tentar a partir de Brasília conseguir recursos do Convênio para esse plano, prometendo uma clara e pronta resposta.

Enquanto se negociava na cidade as roças estavam paradas no território indígena. Aquela altura já se desenvolviam tensões entre a CVRD e a FUNAI tendo por temas o alto custo dos investimentos que se realizava e a incapacidade de se resolver a questão crucial das demarcações. Ao mesmo tempo, os conflitos internos do Urgão indigenista se consolidavam em confrontos e rupturas que acabariam por conduzi-lo a uma de suas costumeiras crises.

A resposta da coordenação da 6a. D.R. foi rápida e negativa e quando chegou o estado ruim das pastagens já havia criado problemas complicados para o rebanho dos Krĩkati, como discutirei na Parte 4, a seguir. Procurou-se então uma saída i

mediata, que tanto pudesse beneficiar o gado quanto ampliar a presença da economia Krĩkati no território. A solução foi um enorme cercado, com tres áreas separadas, todas com agua da permanente, abrangendo pastagens naturais e artificiais já existentes, o qual se encontrava em fase final de execução quando lá estive em janeiro de 1986.

Se isso deu um encaminhamento às dificuldades enfrentadas - pelo gado, não trouxe nenhum estímulo à atividade agrícola tradicional. Os Krĩkati aceitaram o financiamento da 6a. - D.k., comprometeram-se com um número baixo de linhas e realizaram menos ainda.

Como veremos na parte 5, outros fatores existem que contribuíram para esse resultado. Um deles é que a partir de meados de 1985 os Krĩkati começaram a viajar com frequência e no início de 1986 havia indícios de que essa tendência poderia se acentuar ainda mais.

Segundo seus próprios relatos, essas viagens foram estimuladas a partir do processo de negociação movido pelas lideranças e da constatação que não era difícil obter recursos principalmente na rota para Brasília, onde podiam sempre contar com o apoio logístico da Ajudância de Araguaína.

Além disso, o prefeito de Montes Altos, levando quem sabe em conta o novo eleitorado indígena que o voto do analfabeto abre, tornou-se mais generoso que antes na ajuda ao início dessas expedições, distribuindo junto com a colaboração em dinheiro a propaganda eleitoral do candidato Sálvio Dino, um dos advogados dos interesses que movem uma ação judicial contra a demarcação administrativa do território Krĩkati.

Essa é a parte mais complicada da atual dinâmica de viagens, com implicações bem maiores que o simples abandono -

das roças, pela dependência que enuncia e compromissos que pode enredar.

Já no início de 1986 consolidava-se uma nova motivação para viajar: é que a fraqueza das roças recoloca a alternativa - da venda de artesanato nas cidades.

Quando de minha primeira visita à aldeia São José, os Krĩkati apresentaram uma proposta completa para a construção de casas com recursos do Convênio, como relatei e discuti anteriormente. Aprovado pelo Convênio, o plano entrou finalmente em execução em 1985, e no início de 1986 algumas das novas habitações já haviam sido concluídas e diversas outras estavam em construção. A produção dessas novas habitações ocupou muito do trabalho masculino da população da aldeia e reiterou o uso do território pelos Krĩkati em áreas de mata reivindicadas por fazendeiros. Discuto a construção das casas no item 3 a seguir.

Afora duas sucessões de casos de gripe ocorridas uma entre maio e junho, outra em novembro-dezembro e devidamente controladas, não houve problemas maiores de saúde que afetassem coletivamente a população Krĩkati. Esta continuou a manifestar uma clara tendência de crescimento vegetativo. Em 1985 nasceram 14 crianças na aldeia (além de um bebê branco que foi adotado por um importante líder local) e não houve nenhuma morte a registrar. Os dados sobre a população Krĩkati encontram-se nos quadros 1 e 2.

A principal questão na área de saúde nesse ano disse respeito à organização dos serviços de atendimento na aldeia. As relações entre a atendente de enfermagem, as lideranças familiares e o restante da equipe da FUNAI eram tensas e interferiam negativamente no trabalho como já foi assinalado em outros relatórios. Numa espécie de acordo entre as par-

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO KRİKATI

	MASCULINA	FEMININA	TOTAL
Dez. 84	170	176	346
Mar. 85	171	178	349
Jun. 85	172	179	351
Set. 85	173	181	354
Dez. 85	176	184	360 (x)

(x) Nos dados estatísticos do P.I. não foi incluída a pequena criança Kupẽ adotada ao nascer pelo antigo capitão Francisco.

QUADRO 2 - COMPOSIÇÃO PROVÁVEL DA POPULAÇÃO KRİKATI

IDADE	MASCULINA	FEMININA	TOTAL
0 a 4	49	64	113
5 a 9	22	21	43
10 a 14	24	16	40
15 a 19	09	17	26
20 a 24	12	19	31
25 a 40	40	30	70
41 a 60	09	12	21
60 e mais	12	05	17
Totais	177	184	361

Obs. Não foi feito recentemente nenhum levantamento minucioso da população. O quadro acima é baseado em antigos levantamentos, trabalhados com dados sobre migração, natalidade e mortalidade. Daí o termo 'provável'. O total geral inclui a criança adotada mencionada acima.

tes envolvidas e a administração dos serviços de saúde da 6ª D.R., a atendente foi transferida e a Aldeia São José passou um tempo sem atendente, ficando esse encargo por conta do Chefe do P.I. (que iniciou sua carreira na FUNAI justamente nessa função) e do auxiliar de enfermagem krĩkati que lá já trabalhava.

A questão só foi resolvida no início de dezembro quando chegou a servidora Maria José Brito, ex-atendente de enfermagem no P.I. Governador e de lá expulsa com outros funcionários - da FUNAI por líderes Gavião no princípio de novembro de 1985. Os Krĩkati já a conheciam e ela já recebera convites para mudar para a Aldeia São José antes daqueles episódios.

As relações que a nova atendente vem estabelecendo com a população Krĩkati são muito boas, e outro tanto se pode dizer da auxiliar de ensino Raimunda Passos de Almeida, que igualmente era funcionária do P.I. Governador, de lá saindo nas mesmas condições. A nova auxiliar de ensino vem preencher uma necessidade que já era sentida, posto que são 150 os alunos Krĩkati inscritos na escola da aldeia, e agora com duas responsáveis haverá condições de um atendimento melhorado.

A expansão da aldeia e dos serviços do órgão indigenista que isso tem requerido vai criando novos problemas, e um dos mais prementes é a falta de condições adequadas de alojamento dos funcionários da FUNAI, todos residentes dentro da área.

Além de ter se mostrado incapaz nesse ano de resolver a questão fundamental da terra, o Convênio CVRD-FUNAI deixou de resolver alguns problemas práticos que estavam a seu alcance.

Dentre esses pequenos problemas ressalta o que está relacionado à tentativa de mudança da prática de uso de veículos na área indígena. Foram pedidos e aprovados 3 burros e 2 carro-

ças para serem utilizados no transporte agrícola. No entanto apenas 1 carroça foi entregue, e nenhum burro foi providenciado. Trata-se de uma medida simples, envolvendo poucos recursos cujas implicações no cotidiano local não são, no entanto, desprezíveis.

2. A questão da terra

Em relatório por mim apresentado em dezembro de 1985 fiz um balanço da situação atual da questão demarcatória. De lá para cá não houve nenhuma alteração no quadro que então se esboçava. A ação que corre na Justiça Federal do Maranhão continua no aguardo de um pronunciamento do Juiz responsável a respeito de um pedido de anulação apresentado pelo advogado da 6a. D.R., Dr. Franklin Veras.

Conforme informei na ocasião, líderes Krikati haviam se reunido com o citado Juiz Federal em São Luís, por sugestão da Procuradoria Jurídica da FUNAI em Brasília. Ficara então assentado que haveria uma nova reunião, desta feita com a presença de representantes dos interesses regionais que se contrapõem aos Krikati, com o fito expresso de se tentar chegar a uma solução conciliatória na Justiça.

Visitando a aldeia neste começo de 1986 constatei que essa proposta fôra relegada a um plano inteiramente secundário e não havia entre os líderes planos, discussões ou proposições quaisquer quanto a uma possível reunião futura desse tipo.

Aparentemente, a liderança formal não viu com bons olhos a iniciativa daqueles índios que se bem façam parte do conjunto de líderes efetivos da aldeia viajaram por iniciativa própria e sem nenhuma delegação específica de representação emanada das reuniões de aldeia.

Assim é que o primeiro capitão, Benjamin, empenhava-se num plano próprio para pressionar as autoridades indigenistas - em Brasília no sentido de uma demarcação pronta e de acordo com os interesses indígenas.

Enquanto isso, na relação da aldeia com a região observam -

se impulsos contraditórios. Por um lado é evidente o aumento de tensão e a situação de violência iminente para a qual a população Krĩkati se prepara, tanto com apreensão quanto com firmeza. Por outro vão sendo os Krĩkati aproximados por iniciativas da sociedade regional, acabando por se envolver com algumas delas.

Algumas situações merecem destaque para exemplificar as afirmações acima. Em final de junho de 85, por exemplo, havia tensão entre os índios e moradores do povoado Quiosque, cunhados como de costume em avançar com suas roças sobre terras indígenas. Ocorre que nas festividades de 29 de junho faltou um time de futebol indígena (Apinajé) para completar as chaves do 'Torneio da Amizade' que então se organizava. Além do time Krĩkati lá compareceram o time dos vizinhos Gaviões e o do P.I. Araribóia. Os organizadores Krĩkati não tiveram dúvida e chamaram o time do Quiosque para completar a competição.

Muitíssimo mais complicadas são as relações que alguns líderes vão estabelecendo com o poder político do município de Montes Altos, e a isso já fiz referência quando me reporte à questão das viagens. O prefeito tem colaborado na regularização dos documentos da população indígena, deixando-os em condição de registro como eleitores no pleito que se aproxima. Seu candidato a deputado é, como já informei, ativamente envolvido com a defesa dos interesses regionais que se contrapõem aos Krĩkati na questão das terras. Consta que prepara para substituí-lo na prefeitura municipal o filho de um fazendeiro que é um dos principais opositores locais dos Krĩkati. A colaboração do prefeito ultrapassa, no entanto, a obtenção de documentos e alguns líderes poderão ficar dependentes dos recursos que eventualmente fornece.

Por outro lado, situações de tensão dentro da área indígena

tem sido recorrentes. Em meados do ano passado, enquanto -
muitos líderes viajavam, o território desguarnecido era -
pressionado por novas roças dos civilizados. Nem todas pu-
deram ser posteriormente sustadas pelos índios. Alguns mo-
radores antigos argumentaram que a agricultura no toco re-
gionalmente praticada demanda sempre novas áreas e que não
havia sentido em sustar uma roça em particular se todas não
fossem interrompidas ao mesmo tempo.

Esse tipo de situação demonstra que não há qualquer possibi-
lidade de considerar a permanência do povoado Quiosque ao
se efetivar a demarcação krĩkati. O povoado pressiona áreas
de mata do território indígena, depende delas, vive delas e
se extinguirá com a extinção das mesmas, empobrecendo o ter-
ritório krĩkati e as possibilidades de futuro desse povo. É
essencial que o povoado seja retirado de imediato e suas
terras formalmente incorporadas, como são por justiça e
tradição histórica, ao território dos krĩkati.

Quando estive em Amarante, em setembro de 1985, recolhi in-
dícios de que talvez estivesse ocorrendo extração de madei-
ra naquele lado do território krĩkati. Os índios negaram no
entanto que tivessem constatado qualquer ocorrência naquela
área, ao mesmo tempo que informaram sobre tentativas de ex-
tração nas terras próximas a Montes Altos. Numa dessas oca-
sões foi encontrado um caminhão com o pessoal se prepara-
ndo para o início dos trabalhos. Os envolvidos já haviam ne-
gociado tres carradas de madeira a ser retirada dali e a si-
tuaçãõ esteve a ponto de degenerar em facadas, com os ín-
dios enfurecidos expulsando os madeireiros.

Num caso recente, um posseiro foi retirado pelo capitão pa-
ra uma distância de pelo menos 5 léguas da que anteriormen-
te ocupava e teve suas duas linhas de roça confiscadas. Há
várias versões para o caso, mas não há dúvida de que na

raiz do mesmo estão tensões entre civilizados e índios. Tudo indica que estes reagiram a opiniões pejorativas expressas pelo posseiro em público.

O episódio mais grave envolvendo a disputa pela terra ocorreu em relação às atividades do empreiteiro que está construindo o cercado para o gado dos Krĩkati. Os fazendeiros, e particularmente um, chamado Adelson Mota (cujo filho seria um virtual candidato a prefeito nas próximas eleições de Montes Altos), proibiram o empreiteiro de retirar madeira das matas que pleiteiam como sua propriedade. Os índios ficaram profundamente revoltados com isso, e decidiram que o empreiteiro e seus peões seriam sempre acompanhados na retirada de madeira por um grupo de índios armados, e assim tem sido feito.

Os Krĩkati afirmam e reiteram que de 1986 a questão demarcatória não haverá de passar. Julgam que esperaram além do razoável e esperam ter calma e firmeza para tomar as medidas e providências que lhes garanta o território e sua continuidade como povo.

É absolutamente fundamental que o Convênio tome medidas firmes e definitivas para resolver essa questão, pois é esse seu objetivo principal e é essa sua responsabilidade maior.

3. Construções na aldeia

Em janeiro de 1986, 4 novas habitações haviam sido concluídas, beneficiando-se do plano próprio elaborado no bojo do Convênio. A situação das habitações da aldeia São José pode ser acompanhada no Esquema I e nos Quadros 3, 4 e 5 a seguir, nos quais se pode localizar os números mencionados.

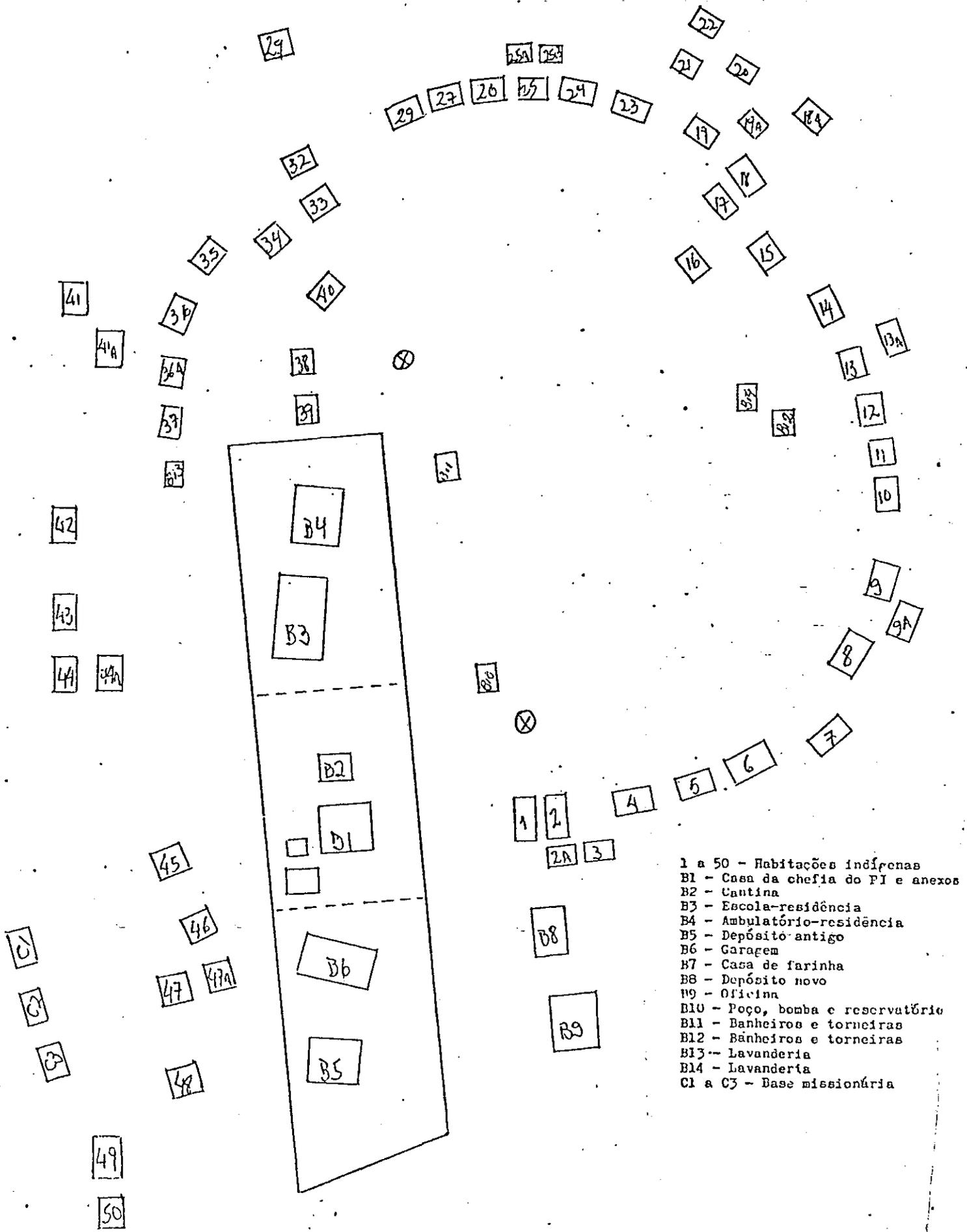
A maior dessas habitações já prontas (nº 49) fora iniciada no primeiro semestre de 1984 pelo krĩkati Herculano Kakran que a utilizou como instrumento de pressão sobre o Convênio para a aprovação do plano de construção para a aldeia. Trata-se de uma casa de aproximadamente 80m², que foi coberta de palha antes que os recursos para o plano ficassem disponíveis. Como a proposta de construção das casas prevê cobertura de telhas, Kakran passou a exigir que sua casa tivesse um tratamento especial, trocando a cobertura por paredes de alvenaria.

Em meados de 1985, depois de muitas discussões, o coordenador da 6a. D.R. transferiu a decisão desse caso específico para os próprios krĩkati. Estes em uma de suas reuniões decidiram concordar com a pretensões de Kakran. Na mesma ocasião outro caso de tratamento especial foi recusado. Tratava-se das pretensões do então segundo capitão Torino, que pleiteava fossem as madeiras para sua casa providenciadas pela comunidade em vista de suas atividades na liderança.

Das outras tres habitações concluídas, duas utilizaram a estrutura de habitações antigas que já estavam em posição julgada correta na área semi-circular da aldeia. Numa delas (a de nº 5) as próprias paredes de taipa foram mantidas após um tratamento de reforço para receberem o revestimento. A

ESQUEMA I

Disposição das casas e outras construções da Aldeia São José Janeiro de 1986



- 1 a 50 - Habitações indígenas
- B1 - Casa da chefia do PI e anexos
- B2 - Cantina
- B3 - Escola-residência
- B4 - Ambulatório-residência
- B5 - Depósito antigo
- B6 - Garagem
- B7 - Casa de farinha
- B8 - Depósito novo
- B9 - Oficina
- B10 - Poço, bomba e reservatório
- B11 - Banheiros e torneiras
- B12 - Banheiros e torneiras
- B13 - Lavandaria
- B14 - Lavandaria
- C1 a C3 - Base missionária

outra (nº 8) teve as paredes de taipa desmanchadas e substituídas por adobe produzido na própria aldeia. Assim, apenas uma habitação (nº 24) foi totalmente produzida no âmbito do plano de construções, ocupando um lugar novo dentro da preocupação da liderança de melhorar a disposição circular das casas.

Haviam ainda em janeiro de 1986, 16 habitações em construção recebendo atenção de recursos do Convênio, além de uma, (nº 44a) em fase bem inicial de montagem. Das 16 habitações, 14 já estavam cobertas aguardando o levantamento de paredes (que é da responsabilidade dos chefes de família) e 2 estavam com a estrutura pronta, prestes a receber cobertura.

Muitas das habitações já cobertas passaram a ser de imediato utilizadas em associação, na maior parte dos casos, com habitações antigas a serem desmanchadas ou com pequenas e provisórias unidades levantadas com esse fim.

Em uma recontagem das expectativas de construção de habitações, feita na companhia do primeiro capitão, chegamos ao total de 52 novas unidades a serem construídas. 50 delas estão explicitadas no Quadro 5, e duas no Quadro 4, representando estas desdobramentos de grupos de parentes que já estão associados a habitações em construção.

O trabalho de colocação de ripas e telhas está sendo feito por um índio Krikati, o antigo capitão Francisco, que nisso é auxiliado por dois de seus filhos. A média de pagamento - que ele recebeu pelas 20 casas trabalhadas foi de 400 mil cruzeiros por habitação.

Inicialmente pensou-se em contratar um pedreiro Kupê para ficar à disposição das construções de casa na aldeia. Isso foi tentado mas não funcionou em virtude das dificuldades -

(o texto corrido continua na pag. 19)

QUADRO 3 - HABITAÇÕES CONCLUÍDAS - salvo informação, cobertas com telhas

nº da hab. esquema I	nº de chefes de família	observações
49	1	iniciada antes do projeto; paredes de tijolos; cobertura de palha
05	1	casa reformada; manteve as paredes de taipa
08	1	casa reformada; substituiu as paredes de taipa por adobe
24	1	casa e local inteiramente novos; paredes de adobe

QUADRO 4 - HABITAÇÕES EM CONSTRUÇÃO - salvo informação, todas já estão cobertas com telhas

nº da hab. esquema I	nº de chefes de família	observações
01	1	paredes de taipa já levantadas mas ainda não revestidas
02	1	-
09	1	adobe já está pronto, mas ainda não foi utilizado
12	3	um dos chefes de família vai separar-se, fazendo nova habitação
13	2	-
18	1	não-coberta
19	2	não-coberta; os chefes de família vão separar-se, surgirá nova habitação próxima à de número 46
23	1	-

QUADRO 4 - continuação

nº da hab. esquema I	nº de chefes de família	observações
25	1	-
26	1	-
27	1	-
28	1	-
34	1	corpo da casa está coberto; sã não estão os beirais extras que mandou construir
36	1	-
41	1	-
50	1	-

QUADRO 5 - HABITAÇÕES ANTIGAS

nº da hab. esquema I	nº de chefes de família	nº de novas habitações	observações
02a	2	2	associada à habitação nº 2 (quadro 4)
03	2	1	-
04	3	3	-
06	2	2	-
07	1	1	-
09a	-	-	associada à habitação nº 9 (quadro 4)
10	1	1	-
11	1	1	-

QUADRO 5 - continuação.

nº da hab. esquema I	nº de chefes de família	nº de novas habitações	observações
13a	-	-	associada à habitação 13 (quadro 4)
14	2	2	-
15	2	2	-
16	2	1	-
17	2	2	-
18a	-	-	associada à habitação 18 (quadro 4)
19a	-	-	associada à habitação 19 (quadro 4)
20	3	3	-
21	1	1	-
22	1	1	-
25a	1	1	associada à habitação 25 (quadro 4)
25b	1	1	idem
29	1	1	-
30	1	1	-
31	1	1	-
32	2	2	-
33	1	1	-
35	2	2	-
36a	-	-	associada à habitação 36 (quadro 4)
37	1	1	-

QUADRO 5 - continuação

nº da hab. esquema I	nº de chefes de família	nº de novas habitações	observações
38	2	2	-
39	1	1	casa antiga de adobe; vai ser removida para melhorar o círculo
40	-	-	casa abandonada; aguarda destruição
41a	-	-	associada à habitação 41 (quadro 4)
42	2	2	casa antiga de adobe, mas muito desgastada
43	1	1	-
44	1	1	-
44a	-	-	primeiras madeiras da habitação que irá substituir a 44
45	3	3	um dos chefes migra muito pelo mundo timbira; talvez não faça a nova casa
46	1	1	-
47	2	2	-
48	2	2	-

regionais com mão-de-obra e do ritmo de construção verificado. Passou-se então a contratar pedreiro por empreita de acordo com as necessidades.

O Quadro 6 apresenta uma relação de todos os pagamentos efetuados em conexão com as construções na aldeia. Constatou-se que tanto para o transporte de madeira quanto para algumas atividades que exigiriam afretamento ficaria mais prático e barato utilizar o caminhão que os Krikati receberam como indenização da CHESF. Para tanto foi necessário comprar-lhe peças (pneus inclusive), gastos que estão arrolados nos três primeiros itens da parte B do Quadro 6.

O sistema de liberação de recursos e pagamento tem sido o seguinte. O P.I. uma vez informado da disponibilidade de verbas compra produtos ou contrata serviços e através do rádio, de memorandos ou telex informa a 6a. D.R. sobre os valores a serem pagos e destinatários dos mesmos. A 6a. D.R. por sua vez elabora relações de pagamento que encaminha aos escritórios da CVRD em São Luís, o qual envia diretamente aos destinatários as ordens de pagamento. No Quadro 6 foram levantados todos os documentos de origem; todos os pagamentos requeridos foram efetuados.

No que diz respeito às habitações, os gastos compreendem material para 20 casas, os serviços do Krikati Francisco para essas 20, serviços de pedreiro e eletricitista para as 4 habitações já concluídas, e o custo de transporte de material. A empreita para aquelas 4 habitações foi feita em outubro de 1985, com valores diferenciados. Assim as 2 casas reformadas ficaram em 1.500.000 cruzeiros cada, a casa 49 em 3.500.000 cruzeiros e a casa 24 em três milhões.

Como se pode constatar no Esquema 1, comparando-o com seu correspondente no relatório que apresentei em março de 1984, a construção das casas contribui para melhorar um pouco a

disposição do plano da aldeia. A localização das novas unidades fica a critério da própria comunidade, e há insatisfações internas decorrentes disso, principalmente no que tange às habitações 1 e 2, da família do velho e antigo líder Zezinho Krankorom, as quais avançam um pouco a fachada dificultando a visão do círculo quando se chega a aldeia. Observa-se também a consolidação da rua que acompanha o antigo campo de pouso onde a base missionária, agora cercada, vai atrapalhar o alinhamento que os índios pretendem.

Quanto a reprodução parcial do semi-círculo, hipótese anteriormente aventada pelos Krĩkati para acomodar todas as habitações, não se nota no momento nenhum movimento nesse sentido. Além do mais, a erosão próxima à casa de farinha é um severo limitador daquela hipótese.

O Convênio trará uma grande contribuição interrompendo esse processo erosivo. Este pode trazer dificuldades futuras, já que os Krĩkati não demonstram a menor disposição de alterar a atual localização da aldeia e a erosão tende a se expandir afetando a disposição das casas.

A propósito, surpreendeu-me que tivessem construído uma das lavanderias dentro da área circular (ver esquema I), quando é de todo desejável que até as construções antigas sejam de lá retiradas. Tanto a liderança quanto o pessoal local da FUNAI explicaram-me que não havia outra localização para atender a parte da aldeia que fica mais distante da sede do posto, justamente porque a erosão impedia construções por detrás do círculo de casas. As lavanderias estavam prontas, mas as conexões de água ainda não estavam completadas quando de minha recente estadia.

Outra obra realizada recentemente foi uma alteração no canal de vasão do açude. Foi construída uma nova barreira de

concreto que aumenta e regulariza o nível de águas do açude e ao longo das paredes do canal de vazão foram construídas duas bases de concreto, ligeiramente acima do nível da água, as quais tem sido intensamente usadas na lavagem de roupas. Os recursos para essa melhoria saíram do excedente alcançado com a administração da verba prevista para as lavanderias.

QUADRO 6 - DESPESAS COM CONSTRUÇÕES - ALDEIA S. JOSÉ.
1985

Documento de origem P.I. Krikati	Data do documento	Valor Cr\$	Total Cr\$
<u>A. Gastos com embarque e frete</u>			
Radio 34	24.06.85	6.000.000	
Radio 91	11.09.85	800.000	
Memo 52	07.11.85	900.000	
			7.700.000
<u>B. Gastos com o caminhão Krikati</u>			
<u>Peças e combustível</u>			
Radio 96	24.09.85	6.480.000	
Radio 96	24.09.85	1.185.000	
Radio 96	24.09.85	1.280.000	
Radio 39	05.06.85	1.520.000	
Radio 76	07.08.85	1.730.000	
Radio 111	10.10.85	2.000.000	
Memo 53	07.11.85	1.090.000	
Radio 129	11.11.85	1.400.000	
			16.685.000
<u>C. Gastos com material de construção</u>			
Radio 05	12.02.85	9.581.490	
Radio 05	12.02.85	2.160.000	
Radio 10	22.02.85	10.296.000	
Radio 42	20.06.85	3.750.000	
Radio 85	05.09.85	2.160.000	
Radio 95	18.09.85	1.300.000	
Radio 114	14.10.85	5.250.000	
Memo 52	08.11.85	15.840.000	
Memo 52	08.11.85	2.500.000	
Telex 4195	22.11.85	2.300.000	
Radio 141	02.12.85	455.000	
Radio 146	06.12.85	3.750.000	
			59.342.490

QUADRO 6 - Continuação

Documento de origem P.I. Krĩkati	Data do documento	Valor Cr\$	Total Cr\$
<u>D. Gastos com mão-de-obra</u>			
Radio 62	19.07.85	560.000	
Memo 33	30.08.85	700.000	
Radio 98	23.09.85	536.000	
Radio 106	04.10.85	2.000.000	
Radio 110	09.10.85	2.850.000	
Memo 50	30.10.85	2.850.000	
Radio 128	11.11.85	1.200.000	
Radio 135	25.11.85	840.000	
Radio 143	05.12.85	3.800.000	
Radio 150	13.12.85	3.660.000	
Radio 153	17.12.85	2.500.000	
			21.496.000
TOTAL GERAL		Cr\$	105.223.490

4. O gado dos Krĩkati

Os krĩkati continuam a tratar o rebanho bovino que tem origem na indenização da CHESF com muito desvelo e preocupação. Durante o ano de 1985, no entanto, o crescimento do rebanho foi obstado por sérios problemas de deterioração de suas pastagens em virtude tanto do uso continuado das mesmas como da inclemência do verão.

Foi elevada a mortalidade por falta de pastagens, (índices aproximados de 10% para os reprodutores, 4% para as matrizes, 1% para animais entre 24 e 36 meses, 0,6% para animais entre 12 e 24 meses, e 8% para animais até 12 meses). 50% do gado remanescente ficou seriamente afetado por essas dificuldades gerando problemas que devem se projetar ainda por uns dois anos na medida em que isso compromete o ritmo de crescimento do rebanho, mesmo contando com que os problemas de pastagem sejam superados a curto prazo.

A escassez de pasto e mortalidade consequente, assim como a falta de divisão para fazer o desmame, levou os Krĩkati à decisão de vender 29 novilhos em agosto de 1985. A transação, feita com um comprador de Goiás, rendeu na época R\$ 11.600.000, dez milhões dos quais foram colocados numa caderneta de poupança conjunta em nome de três Krĩkati. O restante foi utilizado pela liderança da aldeia.

O gado foi levado com frequência a abandonar as áreas cercadas a procura de alimento em outras partes do território, aproveitando tanto as pastagens naturais existentes quanto as artificiais que ficam sob as linhas de transmissão implantadas pela CHESF. Como o gado todo estava por conta de apenas um vaqueiro (kupẽ contratado pelos índios), foi impossível evitar que os animais acabassem por invadir as próprias roças dos índios, gerando uma série de dificuldades.

Tradicionalmente, a oposição gado x roças tem sido um confronto entre regionais e índios, situação que ora também se internaliza por força das transformações econômicas da vida Krĩkati.

Um outro problema opondo as práticas tradicionais ao manejo do gado diz respeito ao uso do timbõ na pesca. Calcula-se que pelo menos dez casos de aborto de vacas deveram-se ao timbõ lançado em águas próximas às suas áreas de pastagem.

O total e discriminação do rebanho encontra-se no Quadro 7 reportando-se à contagem feita por ocasião da partilha. Inicialmente o vaqueiro recebia 1 bezerro em cada 4. A partir de 1985, a proporção passou a ser de 1 por 6.

Novas alterações foram introduzidas a partir de janeiro de 1986. O crescimento do rebanho exigia que mais gente passasse a trabalhar no trato do gado. O krĩkati Renato decidiu abandonar sua posição de capitão para virar vaqueiro. Após várias negociações entre o vaqueiro e a comunidade ficou estabelecido que com a entrada do Renato permanece a divisão na base de 1 bezerro por seis cabendo, do total apurado ao fim do ano, $2/3$ para o vaqueiro principal e $1/3$ para o novo vaqueiro. Toda a argumentação esteve em torno da falta de prática do Renato. Este concordou com a forma de divisão deixando claro que irá alterá-la assim que ele aprender o ofício.

Uma outra modificação no manejo do rebanho foi a nomeação de um 'gerente' da fazenda de gado, responsabilidade que coube a Dorval Kamok. Este deve ir diariamente até a casa do vaqueiro (próxima ao curral), pela manhã e pela tarde, fiscalizar o andamento dos trabalhos e transmitir as ordens oriundas das reuniões da aldeia. Pelo serviço, caberá a Kamok entre 1 e 6 bezerros ao fim de um ano, conforme

QUADRO 7 - SITUAÇÃO DO REBANHO DOS KRIKATI NA DATA
DA PARTILHA - 01.12.85 (x)

Reprodutores	09
Vacas Matrizes	127
Vacas Secas	44
Novilhos	7
Novilhas	32
Bezerros	31
Bezerras	32
	<hr/>
TOTAL	282 (xx)

Obs. (x) gado do vaqueiro (12) já se
parado

(xx) além desse total, contam -
se dois bois de canga e 6
cabeças de propriedade in-
dividual de índios Krikati

for a sobra da partilha principal.

Como foi indicado em páginas precedentes, a questão das -
pastagens já está sendo bem encaminhada. A partir das nego-
ciações da liderança com a 6a. D.R., o técnico agrícola do
P.I. elaborou um projeto para o cercamento de 866 hectares
dos quais 79 são de pastos artificiais (na faixa de trans-
missão) e 787 correspondem a pastos naturais. Foram apro-

veitadas no cercamento tanto bases de serra quanto cercas - pré-existentes.

Essa área de pastagem foi concebida de modo a formar 3 cercados distintos, cada qual com aguada permanente. A extensão de cercas em metros lineares é de 8.800 correspondendo a 85 bolas de arame farpado, adquiridos ao preço de Cr\$ 8.500.000 e exigindo cerca de 100 kg de grampos (Cr\$ 700.000). Aproveitando-se o caminhão do posto previu-se o consumo de mil litros de óleo diesel para o transporte de estacas - (Cr\$ 2.000.000). Além disso foram gastos Cr\$ 17.772.000 com mão-de-obra para a extração de 2.962 estacas e confecção da cerca. O custo dessa obra foi portanto Cr\$ 28.972.000. Não é de se admirar que os arikatí comentassem em janeiro como desmoralizante a recente distribuição de recursos em mãos dos vizinhos gaviões para a construção de um cercado de gado na área Governador.

5. AS ROÇAS

Como pode ser constatado no Quadro 8, a produção Krĩkati sofreu uma severa queda no período agrícola 1985/1986. Na introdução já foram apresentadas as razões principais que explicam essa quebra: a expectativa gerada pela tentativa de obter recursos para uma roça mecanizada (120 hectares era o pleito inicial da liderança), e a dinâmica das viagens - que tomou conta da população da aldeia.

Note-se que quando da elaboração da proposta de financiamento agrícola via cantina (Quadro 9), 77 famílias haviam se proposto a trabalhar 296 linhas de roça. Ao longo do 2º semestre de 1985 esse total foi reduzido para 65 famílias e 98.5 linhas, o trato das quais estava extremamente atrasado em princípios de janeiro de 1986.

Apenas 1/3 daquele segundo total estava então efetivamente tratado. Ainda havia tempo de plantar, nas condições locais quase todos os cultivos de praxe até o final de janeiro. As possibilidades ficam muito reduzidas para o mês de fevereiro, caso em que o trabalho agrícola concentra-se no plantio de arroz ligeiro, ou 'arroz de preguiçoso'.

Deve-se observar que o plantio referente a 84/85 também fora feito com grande atraso, e quando estive na aldeia em fevereiro de 1985 os Krĩkati estavam maciçamente acampados em seus centros de roça tentando recuperar o tempo perdido.

Tudo indica, porém, que a euforia de viagens dificultará esse tipo de recuperação. Assim é que na segunda semana de janeiro deste ano, cerca de 15 Krĩkati abandonaram a aldeia - em direção a Araguaina de onde pretendiam seguir viagem para outras partes do país. Outros pensavam em partir por vol

QUADRO 8 - A QUEBRA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA KRİKATI

Locais de roça	Produção 1984/85	Compromisso de plantio 1985/1986
I	43	19
II	7.5	3
III	18	4.5
IV	24	20
V	5	4
VI	20	3
VII	36	13.5
VIII	27	4
IX	39	15.5
X	2	3
XI	centro novo	3
XII	centro novo	3
XIII	não incluído	3
TOTAL	221.5	98.5

ta do dia 24/1, baseando-se em informações que o primeiro capitão recebera por telefone de Araguaína e transmitira à aldeia de que lá haveria recursos a partir do dia 25. Essa movimentação de viagens, é evidente, compromete a recuperação do plantio.

Toda a atividade relacionada com a construção de casas, fortemente concentrada no 2º semestre de 1985, é outro fator importante na redução do plantio, posto que demandou trabalho que de outra forma poderia ser destinado às roças.

A perspectiva alimentar dos kríkati para 1986 não chega no

QUADRO 9 - PROPOSTA DE FINANCIAMENTO AGRÍCOLA E REFORÇO
DA CANTINA DO P.I. KRIKATI - SAFRA 1985/86

Valor do financiamento agrícola	Cr\$ 68.250.000
Complementação dos financiamentos agrícolas inferiores a 5 linhas	Cr\$ 9.000.000
Diferença referente à redução do financiamento agrícola para 4 linhas de 56 famílias	Cr\$ 14.000.000
<p>Obs.: 23 milhões de cruzeiros era na época o déficit da cantina em dívidas não pagas pelos índios. A proposta foi feita de modo a refinar esse total.</p>	
Valor global do financiamento agrícola	Cr\$ 68.250.000
Valor global do reforço de cantina	Cr\$ 23.000.000
Total	Cr\$ 91.250.000

entanto a ser totalmente precária devido ao estoque de mandioca disponível para colheita neste ano. São aproximadamente 100 linhas (33 ha) que à média local de 4 ton/ha deverá render a respeitável quantia de 132 toneladas. Uma parte do plantio correspondente está computado no total de 221,5 linhas do Quadro 8. Outra parte foge a esse controle, devido à prática de plantios adicionais em capoeiras, que para tanto são rapidamente preparadas.

A escassez de outros produtos deve, porém, gerar um comportamento diferenciado dos Krikati ao longo desse ano, sendo possível uma dependência maior do intercâmbio com regionais seja em termos de produto (farinha de mandioca no caso) ou

trabalho, inclusive com os posseiros que ocupam suas terras. Enuncia-se assim mais um possível foco de contradição no processo de luta pela garantia de seu território.

Outro aspecto a isso relacionado é que no bojo de uma fraca atividade agrícola não houve nenhuma desejável expansão de novos centros na direção de áreas pressionadas por regionais. Os dois novos centros abertos (XI e XII) são pequenos e próximos à aldeia. A propósito, o centro XIII situa-se na Areia, nos limites do território, pertencendo a um velho Tenetehara que tem filhos casados na aldeia e que nela já levantou para si uma casa (nº 27, Esquema I).

É muito importante que essa tendência seja revertida para o ano agrícola 86/87 e mesmo considerando o estoque de mandioca será fundamental para prover sua alimentação que os trabalhos desta feita sejam processados sem todo esse atraso.

6. Considerações finais

Minha recente visita à aldeia dos Krĩkati ocorreu num período de redefinição das relações da CVRD e da FUNAI no âmbito do Convênio.

Essa situação foi discutida numa reunião na aldeia e a opinião unânime dos Krĩkati é que seja parado absolutamente tudo se for necessário para garantir que a demarcação seja realmente concretizada.

Há uma série de investimentos que o Convênio poderia realizar na área Krĩkati, com efeitos a médio e longo prazo, e todos eles foram levantados ao longo da permanência na aldeia. Não se chegou, no entanto, a fechar nenhuma reivindicação ou proposta que não fosse a garantia de uma ação determinada, efetiva, estruturada do Convênio em favor da demarcação do território.

Esse deve ser o eixo fundamental da 'Programação 1986' do Convênio na área Krĩkati.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1986.

José Luiz dos Santos